

04 de dezembro dia histórico para o TRT 1

Tribunal Pleno
votará proposta de
Emenda que institui
eleições diretas na
1ª Região



TRT 1 elege nova
Administração para
o biênio 2015-2017

Colegas,

Essa edição especial do nosso Informativo tem como foco o tema das eleições diretas no nosso Regional. No próximo dia 4 de dezembro, o Tribunal Pleno vai analisar a proposta de Emenda subscrita por juizes de primeiro grau, que pretende ampliar o quadro daqueles aptos a participar da escolha dos cargos de Presidente e Vice, já nas eleições de 2016.

Iniciamos essa trajetória na gestão anterior, no mês de maio de 2013, apoiando e coordenando o trabalho de coleta de assinaturas, para apresentação da Emenda, após termos conquistado o direito regimental de fazê-lo. Ao longo desse caminho, uma nova proposta, formulada por colegas desembargadores, pretendendo a ampliação daqueles que podem ser eleitos, foi apresentada e ambas foram analisadas pela Comissão de Regimento Interno do TRT1. No mês de agosto desse ano, a comissão encerrou seus trabalhos e a matéria, desde então, aguardava ser pauta, o que veio a ocorrer na sessão do dia 6/11 do Tribunal Pleno, que designou o dia 4/12 para sua apreciação.

Desde o primeiro momento atuamos para que esse assunto fosse amplamente discutido por todos os magistrados do nosso tribunal e promovemos diversos encontros com desembargadores, para falarmos da importância do pleito para o Regional. Essa mobilização envolveu diversas Amatras e tem o apoio da Anamatra, além de entidades estaduais do Judiciário e, também, do Ministério Público.

Enfim, após esse longo período de maturação, e com a conquista cristalizada no TRT 17, é chegado o

grande momento. Após 34 anos, desde a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda que restabeleceu o direito de voto em eleições majoritárias no Brasil, o Judiciário enfrenta seu processo de inovação estrutural mais importante. A promessa de maior transparência e democratização da gestão do sistema não pode prescindir da efetiva participação dos magistrados na escolha de suas altas cúpulas.

Nossa crença, tal qual ocorre com instituições do meio jurídico que já adotam essa prática, é de que os benefícios para a atividade jurisdicional serão amplos. Maior eficiência, melhor distribuição de recursos, definição equilibrada e compartilhada de prioridades são apenas alguns aspectos percebidos. A perpetuação dos pressupostos da vetusta LOMAN, como justificativa para manutenção da situação atual, parece-nos um contrasenso e um paradoxo diante da própria ordem Constitucional inaugurada nos anos 1980.

Enfim, essa é uma oportunidade ímpar de melhoria. Por isso, convoco todos os colegas a comparecer ao Pleneário Délio Maranhão para acompanhar a sessão e ajudar a construir uma nova história.

Aproveitamos para parabenizar a nova administração do TRT/RJ, eleita no último dia 13. Desejamos a todos, na pessoa da nova presidente eleita, desembargadora Maria das Graças Paranhos, muito sucesso.

Deixamos ainda o registro dos nossos encontros realizados em novembro, com colegas em atividade e aposentados, onde, por sinal, reafirmamos nossa campanha em favor das eleições diretas.

Ótima leitura!

Paulo Guilherme Périssé
Presidente da Amatra1

AMATRA INFORMA EXPEDIENTE

Diretoria Amatra1

Presidente| Paulo Guilherme Santos Périssé
1º Vice-Presidente| Cléa Maria Carvalho do Couto
2º Vice-Presidente| Letícia Costa Abdalla
Secretário Geral| Ronaldo da Silva Callado
1º Diretor Financeiro| Fernando Reis de Abreu
2º Diretor Financeiro| André Luiz Amorim Franco
1º Diretor Cultural| Fábio Rodrigues Gomes
2º Diretor Cultural| Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes
Diretor de Imprensa e Comunicação|
Roberta Ferme Sivoiella
1º Diretor Social| Marise Costa Rodrigues
2º Diretor Social| Adriana Freitas de Aguiar

Informativo da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região

Diretor Administrativo e de patrimônio|
Jorge Orlando Sereno Ramos
1º Diretor de Prerrogativas e Direitos|
Cláudio Olímpio Lemos de Carvalho
2º Diretor de Prerrogativas e Direitos|
Leonardo Saggese Fonseca
Diretor de Aposentados e Pensionistas|
Maria Luiza Gama Lima
1ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|
Fernanda Stipp
2ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|
Aline Maria de Azevedo Leporaci
Projeto Gráfico e Diagramação| Wagner Paula
Redação| Simone Garrafiel
Tiragem| 400 exemplares



ELEIÇÕES/TRT/RJ

Eleita nova administração do TRT 1



Registro dos desembargadores Edith Tourinho (Corregedora), Maria das Graças Paranhos (Presidente), Ana Maria Soares (Vice-Presidente) e José Nascimento (Vice-Corregedor), no dia da Sessão do Pleno.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região definiu a nova formação de sua administração para o biênio 2015-2017, em Sessão Ordinária do Pleno, realizada no dia 13 de novembro. Para exercer a Presidência do Regional foi eleita a desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, que, atualmente, exerce o cargo de vice-presidente. Para os cargos de vice-presidente, corregedor e vice-corregedor, a Corte elegeu, respectivamente, os desembargadores Ana Maria Soares de Moraes, Edith Maria Corrêa Tourinho e José Nascimento Araújo Netto.

Após a votação, a presidente eleita agradeceu a confiança dos colegas e afirmou que fará uma administração compartilhada, com a participação de desembargadores e juizes do 1º grau. “Quanto mais magistrados eu tiver do meu lado, mais segura estarei e terei mais

respaldo em minhas decisões. A participação de todos é fundamental, pois o Tribunal é de todos nós e quero fazer o meu melhor”, disse a nova Presidente.

Em suas palavras de agradecimento, a desembargadora Ana Maria Soares disse estar honrada de encerrar sua carreira na magistratura sendo vice-presidente do TRT/RJ. “Colocarei minha força de trabalho à disposição e as palavras de ordem da minha gestão serão: comprometimento, lealdade e transparência. Todos podem contar comigo”, acrescentou.

Parabenizando os novos membros da direção do Tribunal, o presidente da Amatra1, Paulo Périssé, disse esperar uma gestão participativa que valorize, principalmente, a atuação do Primeiro Grau de jurisdição, dando continuidade aos esforços da atual gestão para melhoria da prestação jurisdicional no Estado do Rio.

Confira a relação dos desembargadores eleitos para a nova gestão do TRT/RJ

Presidente: Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
Vice-Presidente: Ana Maria Soares de Moraes
Corregedora: Edith Maria Tourinho
Vice-Corregedor: José Nascimento Netto
Diretor da Escola Judicial: Evandro Pereira Valadão Lopes
Presidente da SEDI: Jorge Fernando Gonçalves da Fonte
Ouidora: Rosana Salim Villela Travesedo
Diretor do Centro Cultural do TRT/RJ (CCTRT/RJ): Marcelo Antero de Carvalho

Comissão de Regimento Interno: Gustavo Tadeu Alkmim; Luiz Alfredo Mafrá Lino; Giselle Bondim Lopes Ribeiro; Sayonara Grillo Coutinho
Comissão de Jurisprudência: José da Fonseca Martins Júnior; Jorge Fernando Gonçalves da Fonte; Ivan da Costa Alemão Ferreira; Alexandre Teixeira de Freitas Cunha; Marcelo Augusto Souto de Oliveira.
Conselho da Ordem do Mérito Judiciário: Fernando Antonio Zorzenon da Silva; Marcelo Antero de Carvalho; Antonio Cesar Coutinho Daiha; José da Fonseca Martins Júnior

Amatra1 em prol de um Judiciário democrático e mais forte



Áurea Sampaio entregou a proposta de Emenda Regimental, aos membros da administração do Tribunal, em agosto de 2013.



Paulo Périssé coordena a assembleia na qual foi aprovada moção de apoio às eleições diretas

O próximo dia 04 de dezembro ficará marcado na memória do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ). Nesta data, os membros do Tribunal Pleno analisarão a Proposta de Emenda Regimental que permitirá aos juízes vitalícios do 1º grau participarem da escolha da Administração do TRT/RJ. Este é um pleito da magistratura fluminense que vem tomando fôlego, nos últimos anos, na busca pela democracia interna e consequente melhoria na prestação jurisdicional.

A campanha em prol das eleições diretas foi iniciada em maio de 2013, quando a diretoria da Amatra1, presidida à época pela juíza Áurea Sampaio, iniciou um abaixo-assinado entre os juízes do 1º grau propondo mudança no Regimento Interno do Tribunal, no que diz respeito à participação no processo de escolha dos dirigentes.

O próximo passo foi a entrega formal da proposta, por parte da presidente Áurea, na manhã do dia 13 de agosto. O documento foi entregue ao presidente e à vice-presidente do TRT/RJ, de-

sembargadores Carlos Alberto Drummond e Maria das Graças Paranhos, respectivamente. Desde então, a diretoria e associados da Amatra1 estiveram em constante mobilização para que a matéria entrasse em pauta. Também foi intensificada a união de esforços para sensibilização dos desembargadores quanto à importância e pertinência das eleições diretas. Foram agendadas visitas para entrega de documentos que sintetizavam os argumentos em favor da democratização.

A proposta de Emenda Regimental foi apresentada em Assembleia Geral realizada na sede da Amatra1, em junho deste ano, quando foi aprovada, por aclamação, uma moção de apoio à ela, na qual também se reafirmava que não seria apoiada qualquer proposta que implicasse retirada do direito de voto dos magistrados de 1º grau.

Luta Nacional

A certeza de que o aumento do colégio eleitoral será fundamental para a melhoria da pres-

Conheça as principais propostas que constam na Emenda Regimental:

- Os cargos de Presidente e Vice-Presidente serão preenchidos mediante eleição pelo voto direto, secreto e facultativo dos magistrados de primeiro e segundo grau.
- Deverá ser observado o critério de proporcionalidade entre o número de juízes e desembargadores votantes, de modo que o voto de cada desembargador terá peso quatro.
- Será o eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos válidos. Em caso de empate, será eleito o candidato mais antigo.

CURTAS

As eleições diretas para escolha dos dirigentes dos tribunais representa uma bandeira história da Anamatra, no sentido da efetivação de um modelo constitucional de independência da Magistratura, jurisdicional e funcional. A participação de todos os magistrados na eleição dos gestores dos tribunais é algo que deve ser incentivado e ampliado e isso só acontecerá na prática se todos participarem desse processo" **(Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Anamatra)**

Mais do que importante, é condição de possibilidade para que tenhamos um Poder Judiciário transparente e apto a responder as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa. A democratização é o que podemos chamar de "necessária accountability", isto é, o dever de prestação de contas que o Estado tem para com sua população. São freios e contrapesos internos que se constroem, a partir da eleição aos diversos cargos da administração judiciária". **(Lênio Streck, advogado)**

A democratização de todas as instituições é positiva. No caso da magistratura, tenho a convicção de que, em primeiro grau, faz-se uma Justiça muito efetiva e seu papel na sociedade é importantíssimo". **(Antonio Carlos Biscaia, Procurador de Justiça e Ex-Deputado Federal)**

tação jurisdicional não é uma bandeira apenas da Amatra1. A Anamatra, demais Amatras e entidades do meio jurídico também estão engajadas nessa luta. Em Brasília, durante a reunião do Conselho de Representantes da Anamatra, realizada no dia 30 de julho, foi aprovado o reforço da mobilização em torno do tema, quando diversas ações foram articuladas para serem executadas em todos regionais.

O apoio à campanha veio também de entidades que já vivem essa realidade democrática, como é o caso do Ministério Público Estadual e do Trabalho. Procuradores, deputados, magistrados,

ELEIÇÕES DIRETAS

advogados e presidentes de associações deram depoimentos, corroborando que haverá maior legitimidade das gestões com a participação efetiva de todos os magistrados no processo eleitoral.

Eleição Direta é realidade no Espírito Santo

O primeiro Tribunal do Trabalho a aprovar a participação de juízes de 1º grau na escolha dos dirigentes foi o da 17ª Região (ES). Em sessão administrativa realizada no dia 15 de outubro, aquele TRT aprovou as eleições diretas e passa a ser pioneiro no País. Com isso, o voto será proporcional, ou seja, como o número de desembargadores é menor (12) ao dos juízes de primeiro grau (56), os votos deles terão um peso maior para que haja um equilíbrio da representatividade democrática. A decisão já é válida para a próxima eleição, em 2017.

Agora será a vez da 1ª Região mostrar que está



Pleno do TRT/ES aprovou a participação dos juízes de primeiro grau nas eleições do Tribunal

pronta para assumir um importante papel da Justiça: o de construir um Judiciário democrático, com uma Administração comprometida e legitimada pelo voto direto dos seus Juízes.

No dia 04 de dezembro faremos história!

Diretas Já!

Notas históricas

- Pouco se fala sobre o papel fundamental desempenhado pelo Judiciário em lutas históricas pelo direito de voto. Com relação ao sufrágio feminino, coube ao juiz Israel Ferreira Nunes dar parecer favorável ao requerimento de Celina Guimarães Viana que, com base da Lei eleitoral vigente à época, requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró (RN), em 25 de novembro de 1927. Celina foi a primeira mulher eleitora do Brasil. O pioneirismo da mineira Mietta Santiago, que conquistou, em 1928, o direito de votar, foi assegurado por meio de um mandado de segurança.
- No contexto da redemocratização, vale lembrar que, no dia 14 de novembro de 1980, o Congresso Nacional aprovou, por unanimidade, a emenda que restaurou as eleições diretas para o governo dos Estados. Em 1985 o movimento "Diretas Já" postulava o retorno do voto secreto e direto para escolha do Presidente da República.

EVENTOS

Entretenimento e Engajamento

No dia 06 de outubro, associados da Amatra1 se reuniram para uma confraternização que reforçou o engajamento dos associados na campanha em favor das eleições. O apoio à campanha "Diretas Já no Judiciário" foi unânime e, entre uma conversa e outra, a expectati-

va era que, no dia 04 de dezembro, na sessão do Tribunal Pleno do TRT/RJ, seja aprovada a Emenda Regimental. Sem dúvida, ficou a certeza de que todos querem participar da construção de um Tribunal transparente e comprometido com o objetivo maior de melhorar a prestação jurisdicional no Estado.



Homenagem aos Aposentados

No dia 14 de novembro, a Diretoria Social da Amatra1 promoveu o almoço dos aposentados. O evento aconteceu no restaurante Albamar, localizado à beira da Baía de Guanabara, no Centro do Rio. Foi um momento de confraternização, para rever os colegas e colocar o papo em dia.





A Amatra1 apoia a campanha nacional em prol da democratização dos Tribunais.

O Poder Judiciário, como ente Estatal que sempre lutou por sua independência e autonomia, não pode conviver com o paradoxo de representar o Estado Democrático de Direito, com o amplo acesso à justiça, e manter, ao mesmo tempo, uma estrutura interna afastada do ideal da democracia.

Estamos lutando para que todos os magistrados da 1ª Região possam ser participantes, construtores e responsáveis pela Administração do Tribunal do qual fazem parte.

DIRETAS JÁ no Judiciário!

Amatra 1